

Agostinho e a Educação Cristã: um Olhar da História da Educação

Terezinha Oliveira

(DFE/PPE/UEM - teleoliv@gmail.com)

O objetivo deste artigo é analisar a importância do conhecimento para a formação do cristão, no início do século V, a partir de considerações agostinianas presentes, especialmente na obra *A Doutrina Cristã*. Uma das primeiras questões que nos chamam a atenção é a forma como Agostinho destaca a importância do conhecimento para a leitura dos Escritos Sagrados.

Na atualidade, quando pensamos em religião, quando nos remetemos à interpretação dos escritos sagrados, sempre nos vêm à mente a forma como a religião, em geral, é vista e praticada pelos fiéis nas suas mais diferentes Igrejas e, comumente, transpomos as práticas do presente como únicas e iguais para todas as épocas históricas. Esse olhar é, freqüentemente, encontrado quando se volta para o início da sociedade medieva, nos séculos V e VI.

Em geral, consideramos que os homens da Igreja, os divulgadores da Igreja cristã e da doutrina cristã, nessa época, eram fanáticos, imbuídos do espírito de conversão. Supõe-se que se preocupavam somente em trazer todos os indivíduos para a crença de um deus único e, assim, vencer as demais crenças, fossem as mesmas oriundas do mundo romano ou dos povos nômades que adentraram a região do antigo Império.

Na verdade, prevalecem nessa questão, basicamente, dois olhares. Primeiro, uma interpretação simplista da história, cuja formulação central é que tudo o que não se relaciona com a pesquisa sobre o presente não tem uma validade social ou política. Segundo, uma visão onde há o predomínio de um tempo linear, no qual as mudanças sociais não fazem parte do processo de construção e desconstrução das relações sociais. Existiria, em troca, uma continuidade em que as únicas coisas que se modificam são os homens que compõem os cenários da história. De antemão, antecipamos que nossa visão não se coaduna com nenhuma dessas concepções de homem e de sociedade. Ao contrário, buscamos captar em outros períodos históricos como os homens realizaram suas ações, compreenderam e resolveram seus conflitos. Mas, acima de tudo, retomar, a partir das diferentes épocas, lições que possam nos ensinar a sermos, antes de tudo, pessoas envolvidas com as questões do nosso presente.

Sob esse aspecto, tudo é uma questão de saber aprender com os autores do passado. Lembrar que permaneceram até os dias de hoje justamente porque souberam dar uma resposta condizente com as exigências do seu tempo às questões que se colocavam para os seus contemporâneos. Justamente pelo fato de se encontrarem envolvidos com as questões da sua época é que a ultrapassaram, sobrevivendo a ela e se tornando referências para nós. O diálogo com os grandes homens do passado somente é possível, por conseguinte, para aqueles que, no presente, são capazes de entender o seu mundo como história e não como verdade.

Por entendermos que o presente de cada época histórica é único e particular, dizendo respeito somente àquele momento vivido, é que nos aproximamos da obra de Agostinho e percebemos que o mesmo, legítimo representante dos ideários cristãos, apresentava antes de tudo um projeto para a sociedade de sua época. Nele a educação era a condição fundamental para a consolidação da sua proposta.

Seu ponto de partida é que o cristão se forma somente a partir do momento em que se converte à religião. Mais ainda, quando consegue entender e decodificar as mensagens contidas na sagrada escritura. Por conseguinte, a leitura e a compreensão das escrituras é que torna o indivíduo um cristão.

A primeira observação a ser feita quanto a essa busca e empresa é, como já dissemos, tomar conhecimento dos Livros santos. Se, a princípio, não se conseguir apreender o sentido todo, pelo menos fazer a leitura e confiar à memória as santas palavras. De toda forma, nunca ignorar por completo os Livros sagrados [...] Encontram-se tão mais abundantemente, quanto maior for a abertura do entendimento de quem busca, visto que nas passagens que a Escritura oferece com clareza encontram-se todos os preceitos referentes a fé e aos costumes, à esperança e à caridade (Agostinho, Liv. II, cap. 9).

Assim, quanto maior for a capacidade das pessoas de usarem a linguagem, melhores suas condições de se apropriar dos sentidos e ensinamentos contidos nos textos bíblicos. Por conseguinte, as conversões ocorrerão de maneira mais consciente. Na verdade, Agostinho apresenta diversos aspectos que julga serem elementos essenciais para se compreender as palavras contidas nas Escrituras. A nosso ver, apresenta, de fato, um roteiro de como se deve proceder para ser cristão. Do seu ponto de vista, a conversão é um processo de aprendizagem. No seu tempo, em geral, não se nascia cristão, mas se tornava, pela aceitação da doutrina.

Ao apresentar um roteiro de como se tornar cristão, Agostinho nos brinda com um verdadeiro programa de estudos, necessários, em nosso entender, para qualquer aprendizagem e que independe da época em que o estudo se realiza. O autor destaca a importância da linguagem, do conhecimento da escrita, portanto, das letras, da necessidade do aprendizado do cálculo, de se entender a música, de se conhecer as instituições nas quais e para quais se realizam determinados estudos, de se conhecer a língua na qual o estudo está sendo realizado. Dentro deste aspecto, destaca a precaução necessária em relação às traduções. Do ponto de vista agostiniano, saber a língua no qual o texto foi escrito é condição para o bom entendimento da mensagem contida no mesmo (mais adiante retomaremos esta questão). Na verdade, a preocupação de Agostinho perdura até os tempos atuais e é constante no ensino e na leitura. Com efeito, a maioria dos nossos alunos não conhece as línguas originais nas quais os autores apresentam suas formulações, dependendo sempre dos tradutores que, em última instância, para verterem os escritos para nossa língua também interpretam e modificam muitas vezes o significado das palavras. Acabamos por ler o que o tradutor interpretou e não, efetivamente, o que o autor escreveu.

Outro aspecto bastante importante destacado por Agostinho, ainda quanto à aprendizagem do cristão, relaciona-se com a memória. Para ele, o exercício da memória é condição para se preservar o conhecimento. “[...] Em todo esse trabalho, a memória é de grande valor, pois, se ela faltar, não serão os preceitos que a poderão despertar” (Agostinho, *Doutrina Cristã*, Liv. II, cap. 9, p. 99). Séculos mais tarde, Tomás de Aquino também apresentou a memória como condição não só para o conhecimento, mas para se ter e manter uma das principais virtudes do cristão, a prudência. A prudência é algo que faz com os homens tomem atitudes que convirjam para o bem da sociedade e esta virtude, condição do cristão, é adquirida pelo hábito guardado na memória.

É necessário meditar freqüentemente sobre o que queremos guardar na memória. Daí que o Filósofo diga (*De Memória I*) que as meditações preservam a memória, pois como se diz no mesmo livro (*De Memória II*): “o costume é como que uma natureza”. Daí que nos lembramos rapidamente do que muitas vezes consideramos, associando, como que naturalmente, uma coisa e outra.

Contra a terceira objeção, deve-se dizer que devemos tomar do passado como que argumentos para examinar situações do futuro. E, assim, a memória dos fatos passados é necessária para bem aconselhar sobre o futuro (Tomás de Aquino, II-II, q. 49, art.1).

Para Tomás, o hábito de se lembrar das atitudes tomadas e dos acontecimentos passados é essencial para a vida política, no sentido aristotélico da palavra. Observamos, nesse sentido, que as palavras de Tomás sobre a memória nos remetem as idéias apresentadas por Agostinho nove séculos antes, ou seja, da necessidade da memória para que o cristão lembre-se de ser cristão pelo conhecimento e pelo hábito. Assim, a memória é que faz com que registremos em nosso intelecto aquilo que conhecemos e é a partir deste que a relação entre ensino e aprendizagem se materializa.

Destacamos também que os preceitos educativos presentes na *Doutrina Cristã*, referentes aos momentos e aspectos da aprendizagem, comporiam as bases do currículo a ser ensinado nas escolas medievais e todo ele se pautou nas sete artes liberais, no *trivium* e *quadrivium*¹. Não é gratuito, pois, que Agostinho seja considerado o principal teórico cristão do Ocidente até fins do século XII e início do XIII.

Um dos aspectos mais salientados por Agostinho no que se refere à aprendizagem está vinculado ao papel da linguagem. Para Agostinho, na linguagem encontra-se, em ato, o processo de ensinar e aprender.

Agostinho - Que te parece que pretendemos fazer quando falamos?

Adeodato - Pelo que de momento me ocorre, ou ensinar ou aprender.

Ag - Mas, então, de que maneira pensas que se possa aprender, senão perguntando?

Ag- Ainda neste caso, creio que só uma coisa queremos: ensinar. Pois, dize-me interrogas por outro motivo a não ser para ensinar o que queres àquele a quem perguntas?

Ad - Dizes a verdade. [...]

Ag - Há todavia, creio, certa maneira de ensinar pela recordação, maneira sem dúvida valiosa, como se demonstrará nesta nossa conversação. Mas, se tu pensas que não aprendemos quando recordamos ou que não ensina aquele que recorda, eu não me oponho; e desde já declaro que o fim da palavra é duplo: ou para ensinar ou para suscitar recordações nos outros ou em nós mesmos (Agostinho, *De Magistro*, Cap. I).

A questão que se coloca para santo Agostinho é que, pela palavra, se ensina e se aprende, pois a linguagem é o principal caminho para a comunicação entre os homens². Pela palavra, os homens podem se lembrar do que são, do que aprenderam e como aprenderam. Não podemos nos esquecer do contexto histórico vivido pelo autor. Diante da ruína do Império romano e das incursões nômades, o povo que Agostinho

¹ Acerca do *Trivium* e *Quadrivium* recomenda-se a leitura da Coletânea de Textos coordenada pela por Márcia Mongelli intitulada **Trivium e Quadrivium**. As artes Liberais na Idade Média. Neste livro encontram-se excelentes artigos que tratam de alguns dos conhecimentos contidos nas sete artes liberais como a retórica, a matemática, a astronomia.

² As palavras de Jayme Paviani no artigo **A Linguagem além da Linguagem ...** sobre a importância e a atualidade da discussão sobre a linguagem em Agostinho reforçam a importância do autor e da questão no ensino da história da educação hoje: “Alguns textos são únicos e insubstituíveis, o efeito do tempo só os torna mais necessários, a inteligência descobre neles o que desde sempre é atual” (PAVIANI, 1995, p. 9). Mais adiante, no mesmo texto o autor salienta: “A ação da fala, enquanto pretende ou ensinar ou aprender, requer distinções, esclarecimentos e respostas a possíveis objeções. Se é evidente que ao falar queremos ensinar, o mesmo não se pode dizer do aprender. Com o emprego do verbo *queremos*, e no plural, sublinha-se a intenção da fala. Na realidade, para santo Agostinho, ao falar ou ensina-se ou suscitam-se recordações nos outros ou em nós mesmos (PAVIANI, 1995, p. 9).

precisa converter ao cristianismo é um povo eminentemente ágrafo. Precisamente por isso, destaca a importância da linguagem e da recordação/memória uma vez que é necessário, constantemente, pela linguagem, recordar as normas de comportamento, as leis e os ensinamentos da Sagrada Escritura.

Tendo então adquirido certa familiaridade com a linguagem das divinas Escrituras, devemos prosseguir examinando as passagens obscuras em vista de as esclarecer e explicar. Chega-se lá tomando exemplos de textos mais claros. [...] Em todo esse trabalho, a memória é de grande valor, pois, se ela faltar, não serão os preceitos que a poderão despertar (Agostinho, *Doutrina Cristã*, Liv. II, cap. 9).

A memória, especialmente a oral, é a forma de os homens preservarem seus conhecimentos e a própria palavra sagrada. Nesse sentido, a linguagem e a memória são requisitos básicos para a conversão ao cristianismo. Contudo, estas qualidades, se assim podemos nos expressar, são inatas ao homem, ou seja, eles já nascem com a linguagem e com a capacidade de conservação, por meio da recordação, das lembranças, que o tornam pertencente a uma dada comunidade. Ao menos em tese, isto é um fato dado historicamente.

Contudo, embora as pessoas já nasçam com estas duas faculdades naturais, que se constituem em pré-requisitos para a aprendizagem, elas não são suficientes para que os nômades e o povo romano pudessem se converter ao cristianismo. Era preciso que os mesmos desenvolvessem outros instrumentos/habilidades cognitivas que lhes permitissem aprender a interpretar as mensagens contidas nos escritos sagrados. É, pois, a partir, da necessidade de interpretar os sinais presentes na linguagem bíblica que santo Agostinho propõe o programa de ensino apresentado na *Doutrina Cristã*.

Ora, há duas causas da incompreensão do texto da Escritura. A verdade encontra-se oculta por signos desconhecidos ou por signos de sentido figurado. Com efeito, os signos são ou próprios ou figurados. São chamados próprios quando empregados para designar os objetos para os quais foram convencionados. Por exemplo, dizemos: boi e por essa palavra entenderemos que se alude ao pregador do evangelho, conforme o deu a entender a Escritura na interpretação do Apóstolo, que disse: “Não amordaçarás o boi que tritura o grão” (1 Cor 9,9) (Agostinho, *Doutrina Cristã*, Liv. II, cap. 10).

Dois situações são apontadas por Agostinho na passagem acima que impediriam a decodificação dos sinais que expressam as palavras nas Escrituras Sagradas. Em primeiro lugar, o fato de as pessoas não conhecerem o sentido próprio de cada um dos sinais das palavras escritas. O segundo diz respeito ao fato que, freqüentemente, as passagens bíblicas possuem um sentido figurado, o que exige do leitor uma interpretação da parábola. Nestas duas situações, o indivíduo precisa saber decifrar os sinais para compreender a mensagem cristã. Eis uma das maiores dificuldades encontradas para a conversão do povo ao cristianismo.

Uma outra dificuldade apresentada por santo Agostinho, ainda no âmbito da primeira decodificação dos sinais da escritura, diz respeito à confiabilidade das traduções. Como existia, segundo ele, uma infinidade de traduções da Bíblia para o latim, a grande questão era identificar aquela que fosse mais próxima do original. Para sanar esta grande dificuldade para se entender as escrituras sagradas, santo Agostinho propõe que as pessoas conheçam as línguas nas quais os textos foram escritos, pois isso impediria falsas e equivocadas interpretações.

Para combater a ignorância dos signos próprios, o grande remédio é o conhecimento das línguas. Os conhecedores da língua latina, a quem pretendemos instruir neste momento, necessitam, para chegar a conhecer a fundo as divinas Escrituras, de duas outras línguas, a saber, o grego e o hebraico. Elas lhe permitirão recorrer aos

exemplares mais antigos, no caso em que a infinita variedade das traduções latinas lhes traga alguma dúvida. [...] De fato, existem palavras de certas línguas que não podem ser traduzidas com significado adequado para outro idioma. Isso acontece sobretudo com as interjeições que exprimem mais movimento da alma do que parcela de pensamento racional. Eis o sentido atribuído às expressões acima citadas: *raca* é grito de indignação e *hosana* grito de alegria. Mas não é por esse pequeno número de termos, cujo sentido é fácil ser notado e investigado, mas pela discrepância das traduções, que é preciso conhecer as línguas como já foi dito acima (Agostinho, *Doutrina Cristã*, Liv. II, cap. 11).

As observações de santo Agostinho são muito importantes, pois na medida em que o leitor das escrituras não conhece o sentido real dos sinais pelos quais precisa entender e interpretar as palavras sagradas, ele pode, perfeitamente, ser enganado por uma tradução que não corresponda ao verdadeiro sentido daqueles sinais.

Ainda acerca das traduções, santo Agostinho chama a atenção para a circunstância de que as traduções não podem seguir modismos, mas devem ser fiéis ao sentido primeiro do texto. Aliás, propõe que o tradutor que pretenda possibilitar o entendimento dos sinais que está traduzindo use uma linguagem simples, capaz de ser entendida pelo leitor e interprete de seu texto.

Muitas vezes, não se traduzem palavras, mas ainda modismos que de modo algum podem ser traduzidos tais quais, para o latim, caso se queira conservar o costume dos antigos oradores latinos. Tais construções, por vezes, são traduzidas de modo a não ser mudado o sentido, mas ofendem o ouvido dos que se deleitam mais na observação da integridade própria de cada signo. Solecismo é justamente combinar as palavras sem aquela norma com a qual as combinaram os nossos antecessores, quando falavam a nossa língua com autoridade. Assim, por exemplo, àquele que procura o real conhecimento das coisas, nada interessava que se diga *inter homines* ou *inter hominibus*. E o que vem a ser um barbarismo, a não ser o fato de escrever uma palavra com outras palavras ou pronunciá-las de modo diferente do que as escreveram ou pronunciaram os que antes de nós falaram latim? Quem pede perdão de seus pecados a Deus pouco se preocupa como soa a palavra *ignoscere* (perdoar), se a penúltima com e longo, ou e breve. (Agostinho, *Doutrina Cristã*, Liv. II. cap. 13 – Grifo nosso).

A questão que se coloca no século V para santo Agostinho era que os homens apreendessem o sentido da linguagem na qual encontravam as palavras sagradas. Exatamente por isso torna-se necessário que as palavras dos tradutores possibilitem esta interpretação. Não se trata, portanto, da beleza da linguagem, mas da sua simplicidade. O tradutor, como sugere o autor, precisa ter uma linguagem simples e fácil de ser entendida pela comunidade que estava se tornando cristã. Na verdade, em uma sociedade em ruína como o presente vivenciado por Agostinho, é preciso, antes de tudo, que se permita a decodificação dos sinais e, por conseguinte, que estes sinais se tornem signos compreensíveis aos mais simples. Assim, pouco adiantaria uma tradução rebuscada e pautada no “modismo” da linguagem se isso não permitisse a compreensão da palavra sagrada.

Após destacar as questões referentes à linguagem, à memória e às traduções, ou seja, aos temas referentes aos sinais, aos signos e à razão, Agostinho salienta quais eram os demais conhecimentos necessários aos homens para que os mesmos consigam interpretar as palavras sagradas.

Em primeiro lugar, ele ressalta a importância de se conhecer os elementos da natureza, os animais, as pedras, pois, em diversos momentos da Bíblia, as parábolas remetem-se aos animais para explicar um determinado comportamento humano. Logo, se não se conhecem estes animais e seu habitat, como identificar o sentido da

mensagem? Por isso santo Agostinho propõe que os homens não sejam ignorantes a respeito das “ciências” da natureza.

A ignorância da natureza das coisas dificulta a interpretação das expressões figuradas, quando estas se referem aos animais, pedras ou outros seres citados freqüentemente nas Escrituras e servindo como objeto de comparações.

Ser-nos-á fácil compreender porque o ramo de oliveira, trazido pela pomba em seu regresso à arca (Gn 8, 11) simboliza a paz perpetua, ao estudarmos que o contato untuoso do óleo não pode facilmente ser alterado por liquido estranho e que a própria árvore da oliveira está sempre coberta de folhas.

Muitos, por não conhecerem o hissopo, nem a virtude que ele possui de purificar os pulmões pelo fato de se enraizar nas rochas e ser erva miúda e rasteira, são incapazes de compreender por que está dito: “Tu me borrifarás com o hissopo, e serei purificado” (Sl 51,9) (Agostinho, *Doutrina Cristã*, Liv. II. cap. 17).

É preciso, pois, conhecer as propriedades dos elementos da natureza para se entender o sentido de um determinado argumento presente na Bíblia. A passagem acima é elucidativa a este respeito por demonstrar que os escritos sagrados buscavam nos elementos materiais da natureza, como a árvore da oliveira, a erva do hissopo, para explicitar o sentido da mensagem presente na linguagem bíblica. Se os indivíduos não os conhecem não saberão o sentido das palavras. Por conseguinte, não saberão interpretar a mensagem divina. Apenas lêem, mas não decodificam os signos.

A mesma máxima Agostinho transpõe para o conhecimento da matemática. Para se entender o escrito sagrado também é necessário conhecer o sentido do cálculo. De nada adianta ler uma determinada passagem da Bíblia que se expressa por números se não se conhece o sentido deles.

A ignorância dos números também impede compreender quantidade de expressões empregadas nas Escrituras sob a forma figurada e simbólica. Certamente, um espírito bem nascido sente-se levado a se perguntar o significado do fato de Moisés, Elias e o Senhor terem jejuado por quarenta dias (Ex 24, 18; 1Rs 19, 8; Mt 4,2). Ora, esse acontecimento propõe um problema simbólico que só é resolvido por exame atento desse número. Compreende o número 40 quatro vezes 10 e, por aí, como que envolve o conhecimento de todas as coisas incluídas no tempo. Pois é num ritmo quaternário que prossegue o curso do dia e do ano. Divide-se o dia em espaços horários da manhã, do meio-dia, da tarde e da noite. O ano estende-se nos meses da primavera, do verão, do outono e do inverno. [...] Por outro lado, o número 10 simboliza o conhecimento do Criador e da criatura, pois 3 designa a Trindade do Criador e 7, a criatura, considerada em sua alma e em corpo. Com efeito, na alma, há três movimentos que levam a amar a Deus de todo o coração, de toda a alma e de todo o espírito (Mt 22, 37). E no corpo, estão bem manifestos os quatro elementos que os constituem. Consequentemente, este número denário move-nos à cadência do tempo. Isto é, voltando quatro vezes, adverte-nos para vivermos na castidade e na continência, desapegados dos deleites temporais, e prescreve-nos jejuar quarenta dias (Agostinho, *Doutrina Cristã*, Liv. II. cap. 17).

Para santo Agostinho, entender o sentido de se jejuar quarenta dias, de se vincular estes quarenta dias às quatro estações do ano, entender o sentido ternário (trino) da existência divina, é condição para se decodificar as palavras da sagrada escritura. Mas somente se consegue isso se souber os cálculos matemáticos presentes nos números.³

³ Segundo Agostinho, esta mesma exigência de se conhecer o cálculo faz-se presente em relação a música. Os homens também ter noções mínimas de música para se entender as mensagens contidas nas sagradas escrituras. “A ignorância de certas noções musicais é, em numerosas passagens das Escrituras, barreira e véu. De fato, estudando a diferença entre o saltério e a citara, um autor explicou engenhosa certos símbolos. E entre os doutos, não é disputa fora de propósito indagar se há alguma lei musical que

Esta necessidade de se conhecer os cálculos também aparece quando se trata dos símbolos.

Eis alguns exemplos: a letra X, que se escreve em forma de cruz, tem valor entre os latinos (vale 10), e outro distinto entre os gregos (vale 600). Isso não por sua própria natureza, mas pelo querer e consentimento dos que lhe assinalaram tal significado. Portanto, quem conhece as duas línguas, se quiser dar a entender algo a um grego, não usará a letra X com a mesma significação que a usaria se escrevendo a um latino. E também, a palavra *beta* possui um só som, mas para os gregos é o nome de uma letra, enquanto para os latinos é o de um legume. E do mesmo modo, quando digo *lege*, uma coisa entende o grego com essas duas sílabas e outra o latino. Logo, todas essas significações movem os ânimos conforme a convenção dada pela sociedade de cada um. E por ser diversas a convenção, elas motivam diversamente. E note-se que os homens não movem porque esses sinais tenham valor de significação, mas porque foram eles próprios que lho deram. Na verdade, os sinais não valem senão em razão desse assentimento (Agostinho, *Doutrina Cristã*, Liv. II. cap. 25).

De acordo com o autor, os mesmos sinais podem significar coisas diferentes entre uma dada comunidade e outra, não existindo, assim, uma uniformidade ou um padrão único. Ao contrário, cada sinal ou signo se altera de acordo com o sentido que os homens lhes dão em virtude das suas convenções sociais. Um mesmo sinal pode ter sentido muito diferente entre os gregos e os latinos. Em função disso, é preciso conhecer também as relações sociais e as convenções existentes nas sociedades para se entender e interpretar os códigos de linguagem de cada povo. Em última instância, é necessário conhecer a história desses povos para entender o sentido que deram para os sinais. Não é suficiente, portanto, conhecer os sinais somente no tempo presente para entender as mensagens, mas é preciso entender as relações sociais do momento presente em que estes sinais foram escritos para que se possa interpretar claramente uma mensagem.

Desse modo, para que se entenda uma dada mensagem, é preciso conhecer a história de quem a escreveu; como eram as convenções sociais da comunidade à qual pertenciam aqueles que transmitiram aqueles signos. A estas diversas naturezas de situações santo Agostinho chama de instituições humanas, porque são relações estabelecidas para e pelo homem.

Há, [...] instituições estabelecidas entre os homens que são vantajosas e necessárias. Por exemplo, as vestes e os adornos, visando a distinguir os sexos e as dignidades. Também se contam entre as instituições válidas, todas as inúmeras categorias de signos expressivos sem os quais a sociedade humana não poderia em absoluto, ou dificilmente, ter relacionamento social. Acrescentemos os signos próprios a cada cidade e povo, em tudo o que se refere a pesos e medidas, e às efígies e o das moedas, e ainda a tantas outras convenções desse gênero que se não tivessem sido estabelecidas pelos homens não seriam variadas nos diferentes povos e nações e mudadas ao arbítrio de seus chefes. Toda essa parte de instituições humanas que são convenientes para as necessidades da vida, os cristãos não têm razão alguma para evitá-las. Eles devem, bem ao contrário, à medida de suas precisões, dedicar-se a seu cumprimento e aprendê-las de memória (Agostinho, *Doutrina Cristã*, Liv. II. cap.26).

Nelas santo Agostinho coloca desde os costumes referentes às roupas até as relações comerciais, as moedas existentes entre os homens. Ou seja, para se discutir e

obrigue o saltério constar de dez cordas, esse tão grande número de cordas! Ora, na ausência dessa lei, é preciso reconhecer nesse número dez significado mais misterioso, relacionado, seja com os dez preceitos que se referem ao Criador e à criatura, seja com as considerações que expusemos acima, sobre o número denário” (Agostinho, Liv. II. cap. 17, p. 114).

entender as passagens das escrituras sagradas e o contexto em que estas passagens foram escritas é preciso conhecer tudo, especialmente “[...] os signos das letras, sem os quais nos é impossível ler” (Agostinho, *Doutrina Cristã*, Liv. II. cap. 27).

Assim, para santo Agostinho, a leitura, a matemática, a natureza, a música, o conhecimento das línguas e a memória tornam-se condição primeira para a conversão do cristão. O cristão deve ser antes de tudo um ser que consegue entender e interpretar os escritos sagrados pelo conhecimento e não somente pela fé. O cristão também deve entender as relações sociais de cada tempo presente vivido pelos homens, pois são elas que imprimem os signos do conhecimento. É exatamente por isso que o autor chama a atenção para as mudanças que ocorrem de uma dada sociedade para outra.

Para finalizarmos a nossa breve consideração sobre o que convencionamos chamar de programa de estudos para o cristão, destacamos dois aspectos para a conversão do cristão que nos são extremamente relevantes nos dias de hoje.

Em primeiro lugar, santo Agostinho não quer um cristão que não sabe, de fato, o motivo pelo qual assumiu esta crença. Dito de outro modo, não quer um ser que apenas aceita, mas um que conhece e fez sua opção de modo consciente. Sob este aspecto, o conhecimento torna-se o elemento essencial do cristianismo. Em suma, o autor não pretende converter uma pessoa que não saiba o sentido da leitura, da escrita, da interpretação, do cálculo, dos signos, das línguas, das convenções sociais, ou seja, não quer, na linguagem contemporânea, um alienado. Ser cristão, portanto, é ser alguém esclarecido.

Em segundo lugar e em consequência do primeiro, o conhecimento que santo Agostinho propõe ao cristão é aquele produzido pelos homens ao longo da história. Não se trata, portanto, de criar um saber novo, que responda aos interesses do momento cristão, mas aquele que a humanidade já consolidou em suas diferentes experiências e sociedades. Trata-se de apropriar-se dos saberes que os homens cultivaram. É com este propósito que retoma a matemática de Euclides, o filosofar de Platão, as leis gregas. Importa a ele apresentar uma doutrina nova (a religião cristã), mas as bases desta doutrina já foram colocadas antes, por outros homens do passado. Exatamente por isso retoma sempre a importância da memória como condição para ser cristão. A lembrança dos conhecimentos antigos é a condição para o conhecimento presente, portanto para a conversão. Em síntese, o programa agostiniano tem como finalidade ensinar as palavras sagradas, mas para se conhecê-las e interpretá-las é necessário conhecer o saber produzido pelos homens ao longo da sua história. A história e as ciências produzidas pelo homem tornam-se instrumentos vitais para a conversão. Santo Agostinho não abandona os homens e nem o conhecimento para apresentar o seu Deus único.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, De Magistro. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- AGOSTINHO, **O Livre-Arbitrio**. São Paulo: Paulus, 1995.
- AGOSTINHO, **A Cidade de Deus**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- AGOSTINHO, **A Doutrina Cristã**. São Paulo: Paulus, 2002.
- MONGELLI, M. (Coord). **Trivium e Quadrivium**. As artes liberais na Idade Média. Cotia: Íbis, 1999.
- PAVIANI, J. A Linguagem além da Linguagem. Notas sobre o *De Magistro* de Santo Agostinho. In: DE BONI, L. A. (Org.): **Lógica e Linguagem na Idade Média**. Porto Alegre: Edipucrs, 1995, p. 9-16.
- TOMÁS DE AQUINO, **Suma Teológica**. São Paulo: Paulus, 2005.